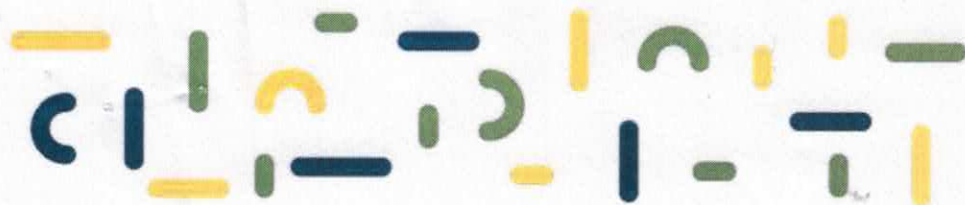
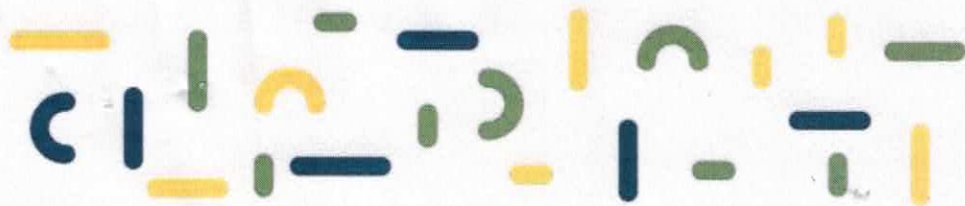


ATA DA 81ª REUNIÃO GERAL DA FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS

Nos dias vinte e cinco e vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e um, realizou-se em Aracaju/SE, a 81ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos, convocada pelo presidente da FNP e prefeito de Aracaju/SE, Edvaldo Nogueira. Ao lado de prefeitos, parlamentares e outras autoridades políticas, o prefeito anfitrião e presidente, Edvaldo Nogueira, deu as boas-vindas aos participantes, apresentou à mesa e a programação do evento. Em seguida passou a palavra ao prefeito de Florianópolis/SC e presidente do Consórcio Conectar, Gean Loureiro que destacou os avanços do Conectar. Também foi realizada a posse do Conselho de Prefeitos do Conectar e tratativas para gestão da saúde nos municípios, momento em que afirmou que após um estudo realizado pela equipe técnica do Conectar, idealizado pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP), mostrou que é seguro vacinar crianças entre 5 e 11 anos contra a COVID-19. O prefeito de Florianópolis/SC, Gean Loureiro, anunciou que, na última semana, a equipe do Consórcio formalizou ao Ministério da Saúde um pedido para iniciar a imunização de crianças em todo o Brasil. "Apresentamos todas as justificativas técnicas para autorizar o trâmite para essa faixa etária. Nosso consórcio conseguiu demonstrar cientificamente, por meio dos testes realizados, que a eficácia é de pelo menos 90% de proteção", garantiu o presidente do Conectar. Diante dos mais de 60 prefeitos e prefeitas brasileiros que marcaram presença no evento na manhã desta quinta-feira, Gean Loureiro lembrou o propósito do Conectar, instituído em março deste ano para dar melhores condições para atuação de governantes e gestores municipais no enfrentamento à COVID-19. "Em um primeiro momento, surgimos como um consórcio de vacinas. Nesse período, tivemos condição de fazer uma tratativa para que os municípios tivessem um protagonismo nacional. Com o avanço da imunização pelo governo federal, a possibilidade de aquisição de vacinas se tornou desnecessária, mas os debates foram modificados. Focamos agora na compra compartilhada de



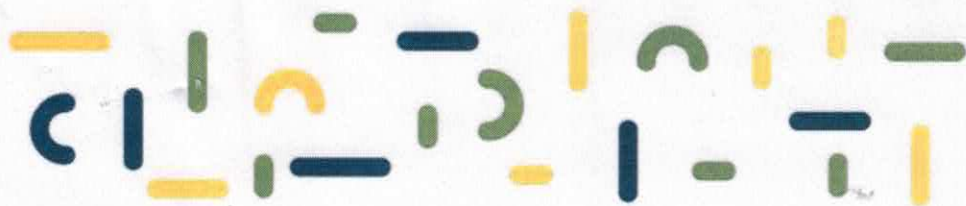
insumos e medicamentos, que é um caminho para a economia nos municípios. Nossa meta é adquirir produtos com preços mais acessíveis, dando mais ganho de escala". Entre os próximos passos do consórcio, estão a compra de medicamentos voltados para a saúde mental e doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão e diabetes, e uma licitação prevista para a primeira semana de dezembro deste ano. "Vamos atuar como apoio e suporte aos municípios", finalizou o prefeito Gean Loureiro. O evento marcou também o retorno presencial das atividades da entidade após ter sido decretada a pandemia do novo coronavírus e teve como foco discutir as pautas prioritárias dos municípios brasileiros. Na sequência, o presidente Edvaldo Nogueira lembrou o momento difícil que o Brasil e o mundo inteiro enfrentaram diante da pandemia. "Estão aqui comigo prefeitos de cidades brasileiras de tamanhos diversos, mas que revelam a trajetória da FNP nesse momento. Em março do ano passado, estávamos em Florianópolis quando recebemos a notícia da pandemia. Encerramos a nossa reunião pela metade e estou muito feliz de estar aqui depois de dois anos para esse encontro presencial", disse: "O século XXI é o século das cidades. É onde as pessoas trabalham, vivem, é onde as universidades produzem conhecimento, onde vivemos os dilemas da fome, da miséria, mas é a capacidade resolutiva dos prefeitos que faz com que as cidades cresçam. Acreditamos que daqui vão sair propostas para guiar o municipalismo brasileiros para os próximos anos", sentenciou o presidente da FNP. Edvaldo reforçou, ainda, a importância do Conectar, que teve destaque na manhã do primeiro dia de reunião. "O consórcio veio para potencializar a força do municipalismo brasileiro". Para embasar os estudos técnicos do Conectar - entre eles, o que atesta a eficácia da vacinação de crianças entre 5 e 11 anos de idade contra o novo coronavírus -, a entidade elegeu importantes nomes científicos e técnicos para compor um conselho e iniciar a mesa dos Desafios da Saúde e o potencial de consórcios intermunicipais com a mediação do Prefeito Gean Loureiro e Marcelo Cabral, secretário executivo do Consórcio Conectar. José Gomes Temporão, ex-ministro da Saúde; Gonzalo Vecina, ex-presidente da Anvisa; e Carla Domingues, ex-coordenadora do Programa Nacional de Imunização (PNI) e consultora do Conectar, estão entre essas autoridades. Os



FNP

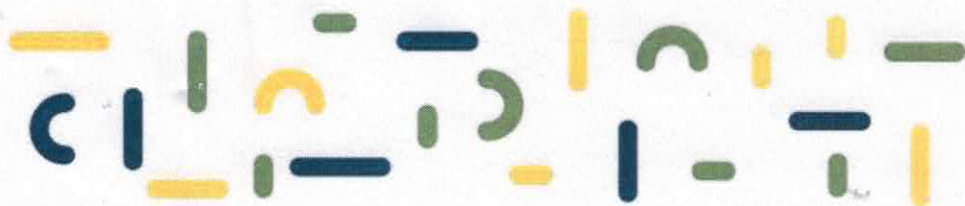
001 231 83
FRENTE
NACIONAL
DE PREFEITOS

três participaram do evento, de maneira remota, e frisaram a importância de focar de forma efetiva na atenção primária à saúde e de se manter os cuidados básicos contra a pandemia, como lavar as mãos e usar máscaras, além da vacinação. “Estamos diante de uma nova conjuntura, com uma fragilização da gestão federada. O consórcio pode cumprir um papel político importante na saúde em termos de liderança e articulação, e isso me parece extremamente importante”, comentou Temporão. “Acredito que um dos temas que o consórcio tratará é sobre a atenção primária. É um consenso que ela é uma boa estratégia e o Conectar terá um importante papel com vistas nas trocas de experiência, incorporação de novas tecnologias e no investimento a redes efetivamente integradas”, completou. Gonzalo Vecina confirmou que “a população busca na atenção primária a resolução de seus problemas, por isso é fundamental que a atenção primária funcione para essa reestruturação da saúde. Parte da solução está nesses municípios de médio e grande porte, que investem em tecnologia. Eles têm uma parte da resposta, mas a outra parte está nas redes estaduais. Por isso é importante construir redes, um modelo compartilhado de acesso às redes entre municípios e estados, senão não daremos nexos ao Sistema Único de Saúde (SUS). O ex-presidente da Anvisa frisou, ainda, que a pandemia não acabou. “Mais de 70% da população está vacinada graças às prefeituras e secretarias municipais de saúde, mas ainda não acabou a pandemia. Precisamos continuar usando máscaras, especialmente em ambientes fechados, e continuar vacinando”. Carla Domingues destacou o esforço dos municípios diante dos desafios da doença e o histórico de cobertura vacinal brasileiro. “Já erradicamos diversas doenças a partir da nossa cobertura vacinal. Isso só foi possível pelo SUS, conseguimos criar uma história de vacinação no país. O Sistema foi capaz de superar as confusões e os desafios e estamos conseguindo bater recordes de vacinação, superando países desenvolvidos. Mas ainda temos muitos desafios pela frente, não podemos achar que já resolvemos o problema”, declarou. Por meio do Conectar, segundo Carla, será possível alcançar melhores resultados na busca ativa por municípios. “Ainda temos que chegar a 80% de cobertura com duas doses e estamos vendo municípios com dificuldade de atingir essa meta de forma heterogênea. O

**FNP****FRENTE
NACIONAL
DE PREFEITOS**

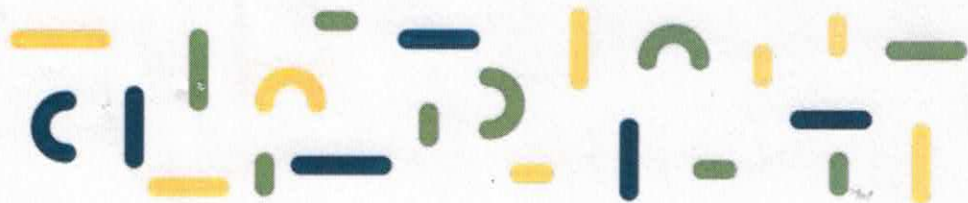
001 23183

consórcio tem esse papel fundamental de identificar essas áreas de risco e pensar em alternativas para que esses locais possam superar essas dificuldades. Temos um papel fundamental na orientação dos municípios para o que podemos fazer em 2022, a fim de não termos uma quarta onda da doença". Em seguida o prefeito de Canoas/RS, Jairo Jorge e presidente do Conselho Fiscal do Conectar, apresentou números sobre compras compartilhadas a partir da entidade. "Aprendemos que, diante de crises, temos que lidar com risco e oportunidade e essa pandemia nos deu conhecer os riscos e uma oportunidade, que é esse consórcio. Estamos numa crise sem precedentes, mas temos esse consórcio e uma força muito grande." Mesmo com esse poder de compras, Jairo Jorge reforçou que a participação ativa dos prefeitos e prefeitas é fundamental para manter a iniciativa funcionando. "Precisamos de vocês para manter nossa estrutura. Para ganhar um novo capítulo na gestão da saúde nas nossas cidades depende de nós." A prefeita de Abaetetuba/PA, Francinetei Carvalho, falou sobre o alcance do Conectar, que vai de Norte a Sul do país. A governante, que também é vice-presidente para a região Norte da entidade (não capitais), alertou que "enquanto os prefeitos não tomarem consciência da força que têm, não conseguirão avançar." Para a prefeita, o atual governo ainda não dá atenção à diversidade do país, que tem dimensões continentais. "É fundamental dizer para o governo que a gente existe, que somos urbanos mesmo com todos os problemas, mas também somos ribeirinhos. Ainda precisa chegar vacina para todos, temos muitas localidades com difícil acesso". Em seguida, os patrocinadores do evento apresentaram suas iniciativas: as empresas 1 Doc representada pelo fundador, Jeferson Castilhos, a Tecno-IT representada pelo diretor comercial, Erick Reis Barros e a Huawei Brasil representada pelo diretor de relações públicas e governamentais, Bruno Zitnick. Dando continuidade foi dado início à Solenidade de Posse do Conselho de Prefeitos por região. Sendo os empossados na região Centro-Oeste: Marden Júnior, prefeito de Trindade/GO; Humberto Machado, prefeito de Jataí/GO; Delegado Cristiomário, prefeito de Planaltina/GO; Alan Guedes, prefeito de Dourados/MS; Angelo Guerreiro, prefeito de Três Lagoas/MG; Marcelo Lunes, prefeito de Corumbá/MS; Enelto Ramos, prefeito de Sonora/MS;

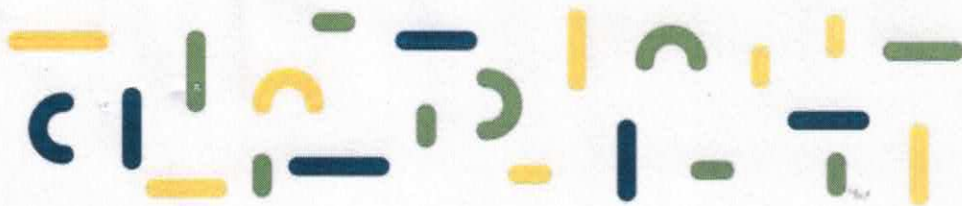
**FNP****FRENTE
NACIONAL
DE PREFEITOS**

001 231 83

Kalil Barakat, prefeito de Várzea Grande/MT; José Carlos do Pátio, prefeito de Rondonópolis/MT; Ari Lafin, prefeito de Sorriso/MT; Emanuel Pinheiro, prefeito de Cuiabá/MT, vice-presidente de Energias Limpas da FNP e vice-presidente para a Região Centro-Oeste (capitais) do Conectar; e Marquinhos Trad, prefeito de Campo Grande/MS, vice-presidente da Região Centro-Oeste da FNP. Região Nordeste: Hilda Ribeiro, prefeita de Lagarto/SE; Adriano Wolff, prefeito de São Sebastião do Umbuzeiro/PB; Zé Pacheco, prefeito de São Sebastião/AL; Glêdson Bezerra, prefeito de Juazeiro do Norte/CE; Dr. Acilon Gonçalves, prefeito de Eusébio/CE; Assis, prefeito de Imperatriz/MA; Gil Paraibano, prefeito de Picos/PI; Allysson Bezerra, prefeito de Mossoró/RN; Elinaldo Araújo, prefeito de Camaçari/BA; Paulo Roberto, prefeito de Vitória de Santo Antão/PE; JHC, prefeito de Maceió/AL e vice-presidente de Turismo da FNP; Bruno Reis, prefeito de Salvador/BA, vice-presidente de PPPs e Concessões da FNP e vice-presidente para a Região Nordeste (capitais) do Conectar; Sarto Nogueira, prefeito de Fortaleza/CE e vice-presidente de Educação da FNP; Eduardo Braide, prefeito de São Luís/MA e vice-presidente de Cidades Históricas da FNP; Cícero Lucena, prefeito de João Pessoa/PB e 1º Secretário Nacional da FNP; João Campos, prefeito de Recife/PE, vice-presidente de Mudanças Climáticas da FNP e vice-presidente de Relações Institucionais do Conectar; Dr. Pessoa, prefeito de Teresina/PI e vice-presidente para Empreendedor Individual, Emprego e Renda da FNP; Álvaro Costa Dias, prefeito de Natal/RN e vice-presidente de Desenvolvimento Regional da FNP; e Edvaldo Nogueira, prefeito de Aracaju/SE e presidente da FNP. Região Norte: Claudomiro Gomes, prefeito de Altamira/PA; Luziane Solon, prefeita de Benevides/PA; Elson Belo, prefeito de Serra do Navio/AP; Isaú Fonseca, prefeito de Ji-Paraná/RO; Luiza Maura, prefeita de São João da Baliza/RR; Zequinha Lima, prefeito de Cruzeiro do Sul/AC; Mário Abraham, prefeito de Itacoatiara/AM; Dulce Menezes, prefeita de Coari/AM; Wagner Rodrigues, prefeito de Araguaína/TO; Josi Nunes, prefeita de Gurupi/TO; Tião Bocalom, prefeito de Rio Branco/AC e vice-presidente de Agricultura da FNP; David Almeida, prefeito de Manaus/AM, vice-presidente de Florestas da FNP e vice-presidente para a Região Norte (capitais) do Conectar; Edmilson Rodrigues, prefeito de Belém/PA,

**FNP**001 231 83
**FRENTE
NACIONAL
DE PREFEITOS**

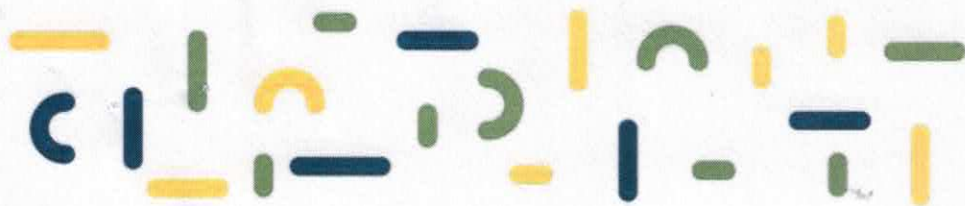
vice-presidente de Cultura da FNP e 1º vice-presidente do Conectar; Hildon Chaves, prefeito de Porto Velho/RO e vice-presidente de Relações com o Judiciário; Arthur Henrique, prefeito de Boa Vista/RR e vice-presidente para Sudam da FNP; e Cinthia Ribeiro, prefeita de Palmas/TO, vice-presidente de Relações Institucionais da FNP e 2ª vice-presidente do Conectar. Região Sudeste: Guerino Zanon, prefeito de Linhares/ES e vice-presidente para Sudene da FNP; Welberth Rezende, prefeito de Macaé/RJ; Fabiano Horta, prefeito de Maricá/RJ; Odelmo Leão, prefeito de Uberlândia/MG; Humberto Souto, prefeito de Montes Claros/MG; Jorge Miranda, prefeito de Mesquita/RJ; Fillipi, prefeito de Diadema/SP; Luiz Fernando Machado, prefeito de Jundiaí/SP; Lázaro Roberto da Silva, prefeito de Campanha/MG; Kayo Amado, prefeito de São Vicente/SP; Lorenzo Pazolini, prefeito de Vitória/ES; Alexandre Kalil, prefeito de Belo Horizonte/MG; Eduardo Paes, prefeito do Rio de Janeiro/RJ e 1º vice-presidente da FNP; e Ricardo Nunes, prefeito de São Paulo/SP e 2º vice-presidente da FNP. Região Sul: Celso Góes, prefeito de Guarapuava/PR; Marcelo Roque, prefeito de Paranaguá/PR; Marcelo Belinati, prefeito de Londrina/PR; Tauillo Tezelli, prefeito de Campo Mourão/PR; João Pedro Nunes, prefeito de Passo Fundo/RS; Mário Hildebrandt, prefeito de Blumenau/SC; Joares Ponticelli, prefeito de Tubarão/SC; Pedro Rippel, prefeito de Rolante/RS; Orvino Coelho de Ávila, prefeito de São José/SC; Leonardo Pascoal, prefeito de Esteio/RS e vice-presidente de Consórcios Públicos da FNP; Rafael Greca, prefeito de Curitiba/PR, vice-presidente de Cidades Inteligentes da FNP e titular do Conselho Fiscal do Conectar; Sebastião Melo, prefeito de Porto Alegre/RS e vice-presidente para a Região Sul (capitais) do Conectar; e Gean Loureiro, prefeito de Florianópolis/SC e presidente do Conectar. A primeira parte da Reunião Geral foi marcada também por uma homenagem a Jonas Donizette, ex-prefeito de Campinas e ex-presidente da FNP. Foi sob a gestão dele que surgiu o Conectar, em março deste ano. Edvaldo Nogueira, atual presidente da entidade, elogiou a gestão de Donizette e comentou a relação que construiu com ele enquanto prefeito e amigo. "Quero dizer que é uma emoção muito grande poder falar dessa figura que nós, prefeitos, conhecemos bem. Jonas tem uma devoção à causa municipalista, tem ética e compromisso de vida com os

**FNP**

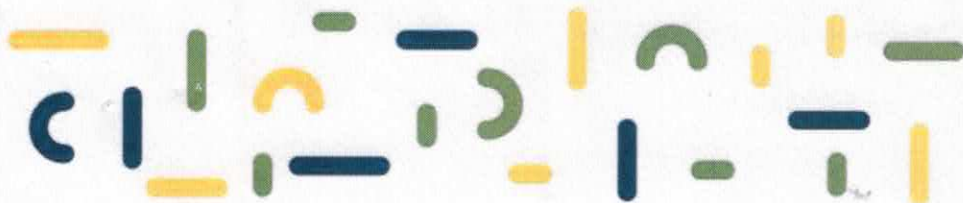
001 231 83

**FRENTE
NACIONAL
DE PREFEITOS**

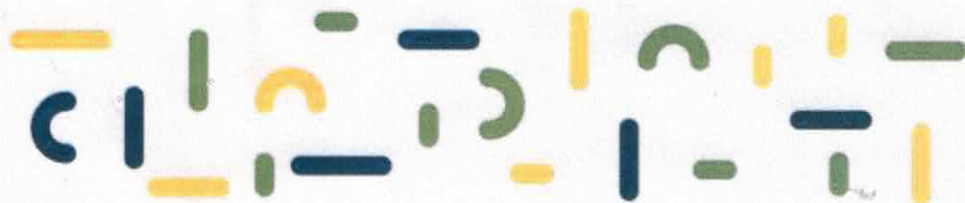
resultados das administrações municipais. O seu talento político consegue circular em todos os momentos.” Jonas Donizette começou seu discurso lembrando uma frase de Mário Covas. “Nenhum cargo é mais honroso do que ser prefeito em sua cidade. E levo isso comigo. Tenho muita gratidão a Márcio Lacerda (ex-prefeito de Belo Horizonte/MG e ex-presidente da FNP) por ter viajado o Brasil falando de mim”. Durante suas duas gestões à frente da FNP, Donizette relembrou os momentos difíceis, mas também os amigos que deixou. “Se tem uma coisa que aprendi na vida é que os momentos felizes que passamos com alguém são muito bons, mas os difíceis são inesquecíveis. E as pessoas da FNP sofreram junto comigo, tenho muito orgulho de ter compartilhado tarefas com essas pessoas.” A instituição do Conectar, em março deste ano, é motivo de orgulho. “Uma das tarefas que mais nos exigiu esforço e trabalho foi elaborar a ideia desse consórcio, mas encontramos pessoas sensacionais no caminho para lidar com isso.” Donizette finalizou deixando uma mensagem aos governantes municipais. “Tem um espaço grande para a FNP continuar, que é esse espaço de união. Estamos com problemas de diálogo atualmente e a entidade precisa se posicionar diante dos temas importantes, é isso que vai nos motivar a continuar.” Após os pronunciamentos, os participantes foram convidado para o almoço. No período da tarde foi dada continuidade aos trabalhos, iniciando a plenária de prefeitas e prefeitos da FNP com a apresentação dos expositores: Fundação Alphaville (vídeo), Educacional Ecossistema de Tecnologia e Inovação (vídeo), Reinaldo Guerra, gerente de negócios da Fiber X, Michel Araújo, consultor comercial da Fácil Tecnologia, Vladimir Azevedo, economista e consultor da Houer Concessões, Pedro Rondon, diretor de desenvolvimento da Topocart e Marcelo Schneider, diretor Institucional da BYD. Em seguida foi realizado o Lançamento do anuário Multi Cidades 2022. Dados compilados no Anuário lançado, revelam que 2022 será um ano de baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. De acordo com a publicação, apesar da retomada das atividades econômicas no Brasil e no mundo, uma série de fatores, como aumentos no preço da energia elétrica, e do petróleo, e na inflação, as projeções sinalizam para um crescimento de apenas 1,5% para o PIB de 2022. De acordo com o secretário de Finanças

**FNP**001 231 83
**FRENTE
NACIONAL
DE PREFEITOS**

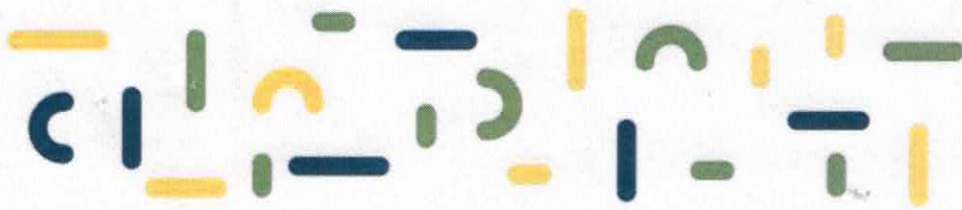
de Aracaju/SE, Jefferson Passos, presidente da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), em 2020, apesar do aumento das receitas disponíveis dos municípios ter aumentado, “não acompanha os compromissos que os municípios vêm assumindo ao longo dos anos”. Conforme ele, esse aumento privilegia na realidade municípios de menor porte, porque uma parte significativa vem dos aumentos do FPM. O crescimento das receitas disponíveis nas médias e grandes cidades se deve pela arrecadação própria, fruto de investimento em tecnologia e da modernização legislativa também. “Distribuição via FPM amplia as desigualdades hoje”, falou. Segundo ele, concentra recursos em uma faixa e prejudica médias e grandes cidades. Em seguida a secretária de Fazenda de Salvador/BA, Giovanna Victer, presidente do Fórum Nacional de Secretários de Fazenda, afirma que o que foi percebido foi uma grande pressão do ponto de vista da Saúde e da Assistência Social. Conforme ela, enquanto saúde e assistência apresentaram aumento de despesa, educação houve decréscimo. “A educação, dadas as restrições de retomada as aulas presenciais, há uma grande quantidade de municípios que não alcançará os 25 % em 2021 e isso não se trata de descaso, apenas aplicação responsável de recursos”. Dando continuidade, iniciou-se as pautas prioritárias dos Fóruns e Redes de Secretários Municipais, Jeferson Passos destacou a reforma tributária como tema mais relevante do momento, chamando atenção para alguns aspectos do relatório do senador Roberto Rocha. Segundo ele, o projeto prevê aumento de carga tributária para setor de serviços de quase 30% que tem alguns efeitos deletérios, como pagamento mais caro por serviços e automaticamente aumento na procura de serviços públicos. “Além de perdermos arrecadação própria teremos aumento de despesas”. Para Giovanna Victer, uma reforma tributária é fundamental, “entretanto não no modelo que tem sido colocado, sem uma redistribuição equivalente de competências federativas”. A secretária também falou da LC 175 como fonte potencial de aumento de receita permanente, recurso próprio, e ainda sobre a instituição urgente de um Comitê paritário para discussão de assuntos fiscais. “Os municípios, de fato, têm sido constantemente prejudicados em decisões que, às vezes, parecem meramente técnicas, mas não são”. Sobre Mobilidade urbana o



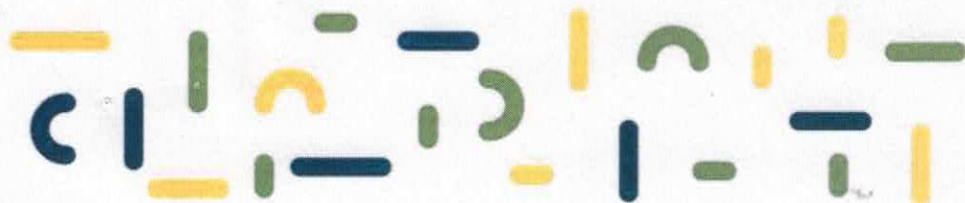
vice-presidente geral do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Públicos de Mobilidade Urbana e superintendente de Transporte e Trânsito de Aracaju, Renato Telles, falou sobre a importância da discussão sobre uma alternativa para financiamento do transporte público. "Transporte público não basta olhar para o médio e longo prazo, também precisa para o curto prazo". Ele também trouxe a necessidade de discutir a aprovação dos planos de mobilidade para municípios de até 250 mil habitantes. No dia 8, municípios se reunirão para apresentar dificuldades no processo. Ele também mencionou o projeto AcessoCidades, cuja FNP é uma das parceiras. Sobre Resíduos Sólidos a responsabilidade compartilhada sobre coleta seletiva foi um dos pontos que Sidnei Aranha, presidente do Fórum Nacional de Secretários e Gestores de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos e secretário de Meio Ambiente de Guarujá/SP, trouxe para o debate. "Não pode ser só uma responsabilidade dos prefeitos e das prefeitas. Temos que ter de hoje até 2033 e bater nesse mantra", disse. O gestor também destacou a padronização da cobrança para trazer estrutura financeira para os contratos. "Municípios precisam ser acento na agência nacional de saneamento ambiental, as resoluções vêm de cima para baixo". Na mesa sobre Planejamento e Desenvolvimento Urbano o Representante do Fórum Unidades e diretor-presidente da Empresa de Obras e Urbanização (Emurb) de Aracaju (SE) e secretário de Infraestrutura de Aracaju, Sérgio Ferrari falou sobre a instituição do Fórum, em outubro deste ano, com apoio da FNP. Segundo ele, entre as prioridades do grupo está o compartilhamento de experiências e o fortalecimento de capacidades e a organização e articulação dos integrantes para posicionamento das pautas. Em Meio ambiente Allan Max Fontes, presidente da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (Anamma) Sergipe e secretário de Meio Ambiente de Lagarto/SE, destacou a importância de um município estruturado ambientalmente. "Implica em melhor qualidade de vida para a população". Assistência Social o desfinanciamento da assistência social no Brasil foi o assunto principal apresentado por Elias Oliveira Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e secretário de Assistência Social de Foz do Iguaçu/PR. Segundo ele, os



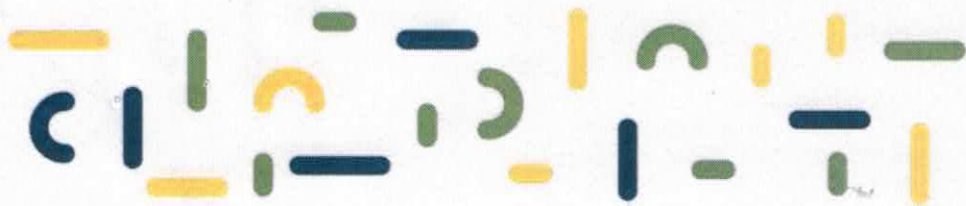
municípios brasileiros respondem por 90,2% de todo o investimento na área da assistência social, podendo chegar a 96% de todos os custos. “Nosso pedido de apoio pela revogação das portarias 2362 e 01, ambas de 2019”. Giovanni Assis, presidente da Fundação Cultural de Palmas/TO, falou sobre os pleitos do Fórum de Cultura. Entre eles, a recriação e remontagem do Ministério da Cultura e a continuidade da lei de incentivo à cultura e recomposição da lei de audiovisual. “Cultura é movimento, dinheiro e vida, viva a cultura”. 5g e a atualização da lei de antenas foram pontos que Antonio Carvalho, vice-presidente de Relações Institucionais do Fórum Inova Cidades e secretário do Gabinete de Governança de Maceió/AL, trouxe para a Plenária. “É um tema extremamente relevante e o fórum tem trabalhado intensamente para buscar as melhores soluções para esse caso.” Outros pontos falados por ele, foram o marco regulatório das startups, trazendo um novo regramento em torno das compras públicas, e a transformação digital, por meio de serviços prestados para o cidadão. De maneira virtual, Vanessa Volpi, presidente do Fórum Nacional de Procuradores-Gerais das Capitais Brasileiras e procuradora-geral de Curitiba/PR, pediu o engajamento dos chefes do poder Executivo nas demandas que refletem na autonomia financeira dos municípios e estão em discussão nos Tribunais Superiores. Outra pauta apresentada foi a necessidade da regulamentação do serviço 5G nos municípios. “Para implantação é necessário que a legislação seja vigente nos municípios”. E para concluir a apresentação dos Fóruns, o secretário-executivo do Conasems, Mauro Junqueira, também de maneira remota, comentou sobre o piso da enfermagem, afirmando que se aprovado o impacto nos municípios será na casa dos R\$32 milhões (leia mais abaixo). “Chamo atenção dos prefeitos para conversarem com seus parlamentares, porque teremos sérios problemas nos municípios”. Dando continuidade, a PEC 13/2021 sobre a aplicação dos 25% em Educação, em 2020 e 2021, foi o assunto debatido. A proposta de estender para 2023 o prazo para que municípios possam aplicar o mínimo de 25%, eventualmente não gasto em 2020 e 2021, em educação foi o assunto que abriu os debates sobre a agenda política estratégica das médias e grandes cidades. O tema tem sido constante nas discussões lideradas pela FNP, uma vez que o ensino poderá perder mais de



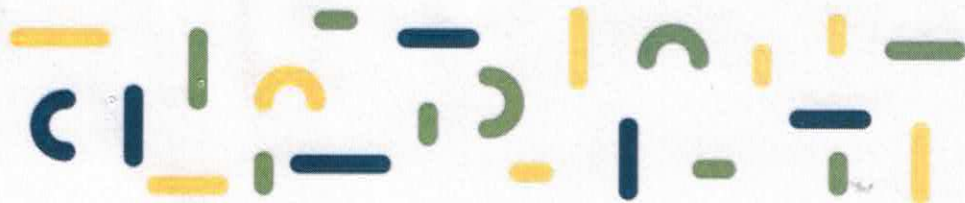
R\$ 15 bilhões. Prefeitos têm defendido a PEC 13 como alternativa, porque ela não retira nenhum centavo da educação e ao mesmo tempo permite que os recursos não aplicados em 2020 e 2021, devido aos impactos da pandemia, possam ser realizados até 2023. De acordo com a prefeita de Pelotas/RS, Paula Mascarenhas, vice-presidente de Segurança Pública da entidade, a ideia é sensibilizar nossos deputados. “Em torno de mil municípios não conseguirão cumprir os 25% em 2021 e cerca de 300 não conseguiram em 2020”. A pandemia é uma das grandes causas para isso. “Tivemos uma queda nas despesas da educação e no último ano o aumento de receitas que não estavam previstas no orçamento, de 12,2%, um aumento muito significativo e repentino, que se deu de uma forma abrupta e nos dá pouco tempo para executar as despesas”, completou a prefeita. “A PEC preserva recursos, investimentos na educação; se ela não for aprovada os recursos vão se perder”, alertou. “É por isso defendemos com unhas e dentes essa PEC”. Paula também ressaltou o apoio da FNP pela relatoria do deputado Silvio Costa Filho. Em seguida a PEC 122/2015 que proíbe a criação de novos encargos a Municípios sem o respectivo recurso foi a pauta, onde o prefeito de Petrolina/PE, Miguel Coelho, secretário-geral da FNP, a proposta requer atenção especial. “Temos cada vez mais responsabilidades e o pacto federativo fica cada vez mais distante”, relatou. Conforme o governante, os prefeitos querem defender o protagonismo dos municípios e a boa aplicação dos recursos. “Precisamos aprovar a PEC 122, porque ela já vem com a fonte de recurso já aprovado garantindo a sanidade fiscal de prefeitas e prefeitos. O prefeito Miguel Coelho ainda trouxe para o debate a PL 2564/2020, onde fala da questão do piso da enfermagem que poderá ser fixado em R\$ 7.315. O Senado aprovou nessa quarta-feira, 24, o PL 2564 de 2020, que estabelece o novo piso. A proposta agora segue para análise da Câmara dos Deputados. Segundo o governante, a FNP não está discutindo o mérito da proposta e é favorável a valorização dos profissionais, no entanto é contrária a projetos que não apontem fonte de financiamento dos recursos. “Devemos ficar em alerta vermelho para que o PL dos enfermeiros só ande se soubermos de onde vem esse dinheiro”, completou. Em seguida o prefeito de Ribeirão Preto/SP, Duarte Nogueira, vice-presidente de Relações com o Congresso

**FNP**001 231 83
**FRENTE
NACIONAL
DE PREFEITOS**

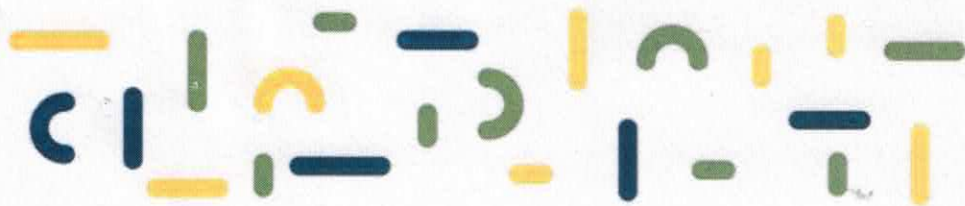
Nacional falou da PL 3776/2008 - Atualização do piso do magistério pelo INPC. O reajuste do piso salarial nacional do magistério também esteve em discussão, a partir do debate sobre o PL 377/2008. "Essa proposta estabelece que a revisão anual do piso seja diferente do que é hoje; o que faz com que esse aumento tenha sido bem acima da inflação". Disse ainda que essa é uma despesa que vai ser arcada por nós, que temos a menor participação no bolo fiscal do país, avaliou. Portanto, prefeitos defendem que um novo critério deve ser atualizado para 2022, uma vez que o critério atual aumenta o valor do piso acima da inflação e dos reajustes do salário-mínimo. Dando continuidade o PL 3418/2021 que atualiza a lei do Fundeb e permite a movimentação dos recursos da folha de pagamento por outros bancos, sem restringir ao Banco do Brasil e Caixa entrou foi pauta desta mesa. Governantes municipais têm defendido uma atualização na Lei do Fundeb para contemplar outros bancos, para além das instituições financeiras oficiais, na movimentação da folha de pagamento. Essa proposta está no PL 3418/2021, que retira a limitação atual da Caixa e Banco do Brasil. Segundo o prefeito de Salvador/BA, Bruno Reis, vice-presidente de PPPs e Concessões da FNP, a entidade defende um ajuste na redação da proposta, de modo a tornar o texto mais claro e propor a segurança jurídica necessária aos processos licitatórios. "Estamos falando de prejuízo de R\$ 5 bilhões para as prefeituras, segundo Febraban, e não há repasse de recursos para os municípios; caso permaneça essa redação estamos impedidos", o prefeito ainda completou sua fala: "ainda, que é preciso mobilizar líderes dos partidos para que o PL seja aprovado ainda neste ano para que para as cidades tenham mais opções de bancos para trabalhar". Em seguida o PL 3418/2021, Aplicação dos 70% do FUNDEB com pessoal entrou na pauta. Ainda sobre o que tange o Fundeb, a prefeita de Ponta Grossa/PR, Elizabeth Silveira Schmidt, vice-presidente de Fundeb da FNP, falou sobre o posicionamento da FNP de apoio a outro ponto do PL 3418/2021, que trata da aplicação dos 70% do Fundeb com pessoal. "Queremos que sejam especificados todos os profissionais que trabalham com educação; os estudos desse PL ainda não chegaram em estados conclusivos e nosso encaminhamento é favorável, com sugestão na redação, permitindo pagar todos os profissionais que apoiam a educação". O prefeito de



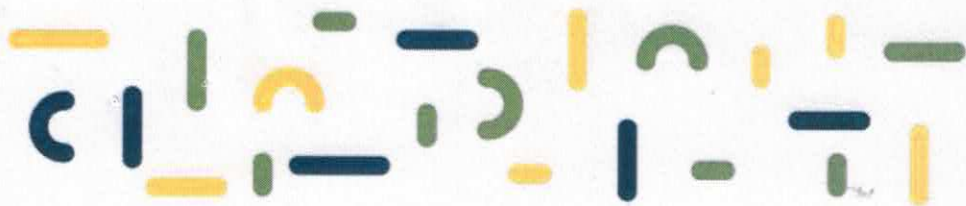
Osasco/SP, vice-presidente de Empreendedorismo, Rogerio Lins falou sobre a PEC 23/21 e PEC 15/21, Precatórios e Parcelamento de dívidas previdenciárias. “Nesse momento, onde gestores têm ainda mais responsabilidades, essa é uma PEC que necessita de toda a mobilização de cada um dos gestores. Possibilita que tenhamos mais possibilidade de investimento e dá mais segurança em relação às dívidas dos regimes previdenciários”. A PEC 15 limita o pagamento de precatórios aos valores de 2016 atualizados pelo IPCA, introduz mais alternativas de pagamento e inclui preferência de pagamento para precatórios do Fundef. A PEC 23 determina que poderão ser parceladas as dívidas previdenciárias até 31/10/2021, inclusive outros parcelamentos, em até 240 prestações dos municípios com regime próprio e com regime geral de previdência social. A PEC 110/2019 - Reforma tributária, foi outro assunto bastante discutido pela diretoria da FNP é a reforma tributária. Pauta da entidade desde antes da pandemia, o assunto ganhou ainda mais relevância com a proposta defendida pelas médias e grandes cidades, o Simplifica Já. Segundo o prefeito anfitrião, Edvaldo Nogueira, essa é uma alternativa que realmente vai simplificar o sistema tributário brasileiro, sem aumentar a carga tributária. Essa proposta faz frente à PEC 110, em tramitação na CCJ, sob a relatoria do senador Roberto Rocha, que propõe a unificação de tributos, sem detalhar como será a gestão e partilha dos recursos. Para a FNP, esse formato distorce o pacto federativo e fere a autonomia do Entes. A proposta de texto não apresenta memória de cálculo para avaliação do impacto que a mudança terá sobre a arrecadação e a base fiscal das cidades, inviabilizando um planejamento sustentável. Também não prevê um fundo de compensação de perdas para os municípios e estados que hoje, devido ao esforço fiscal, arrecadam de forma satisfatória. “Não podemos permitir que essa reforma seja um retrocesso e nós apresentamos uma proposta, que é o Simplifica Já”, declarou Edvaldo. Segundo ele, essa seria uma inovação com condições de ser compartilhada internacionalmente. “Somos uma federação de três entes, como é que teremos dois impostos?”, questionou. Para o presidente da FNP, aceitar a PEC 110 “é entregar uma conquista histórica do municipalismo brasileiro, da sociedade brasileira”. Fechando os debates da agenda política liderada pela FNP, o



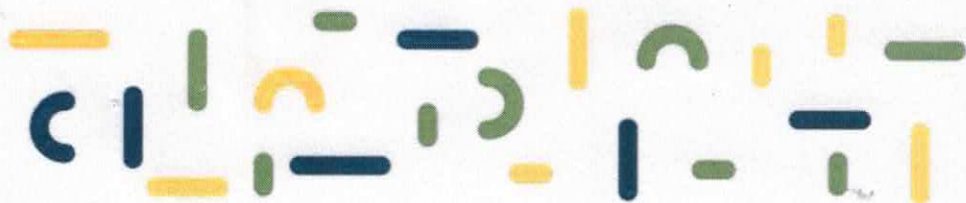
secretário-executivo da FNP, Gilberto Perre, falou sobre o PLS 486/2017, que institui e regulamenta as Associações de Representação Institucional dos Municípios. Atualmente não há norma jurídica que regulamente a atuação das entidades de representação de municípios, indispensável para garantir a participação plena e imprescindível dos municípios no pacto federativo. Segundo Gilberto Perre, entidades municipalistas como a FNP estão amparadas no marco regulatório das ONGs “Essa fragilidade, do ponto de vista do desenho jurídico, que sustenta essas entidades traz problemas”, comentou. A FNP, junto com a União Europeia, desenhou um projeto de regulamentação. “Isso diminui a dificuldade e insegurança jurídica que muitas vezes os municípios têm em participar dessas instituições”. Em seguida o prefeito de Niterói/RJ, Axel Graef, vice-presidente de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), esteve com o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, durante a COP 26, em Glasgow, falando sobre o papel das cidades na liderança de ações para frear as mudanças climáticas. “Levamos uma preocupação de dar esse protagonismo para as cidades”. Segundo o dirigente da FNP, o objetivo foi levar a preocupação com relação ao protagonismo das cidades na tomada de decisões relativas à mudança climática. O evento foi uma importante agenda internacional em que a FNP esteve representada neste ano, com a participação também do prefeito de Recife/PE, João Campos, vice-presidente de Mudanças Climáticas da entidade, que destacou a oportunidade de “compreender como as oportunidades estão se dando no debate das mudanças em nível global”. Para João Campos, governos locais têm ganhado força no debate, principalmente porque apesar do impacto ser global, as ações são locais. Ele também destacou a atuação de governos locais na construção de espaços de busca de financiamento. Além da COP 26, em Glasgow, dirigentes da FNP também estiveram em Mérida, Barcelona e Dubai, na retomada da participação da entidade em eventos promovidos em outros países. Duarte Nogueira, prefeito de Ribeirão Preto, comentou sobre a participação da delegação de prefeitos na Smart City, em Mérida, no México. “Antes da pandemia, a gente caminhava por uma torrencial indução das cidades em incorporação de estruturas eletrônicas para melhorar nosso dia a dia em cima

**FNP**001 231 83
**FRENTE
NACIONAL
DE PREFEITOS**

desse avanço tecnológico no pós-pandemia, percebi uma visão mais humanitária, com preocupação de que uma cidade inteligente é uma cidade que funciona abrigando pessoas felizes”. Ainda sobre a Smart City, mas dessa vez a de Barcelona, o prefeito Miguel Coelho, prefeito de Petrolina destacou as visitas técnicas feitas pela delegação brasileira. Ele falou sobre a participação efetiva dos prefeitos nos debates e prêmios do evento. “Foi uma honra chefiar nossa delegação em Barcelona”, disse. Miguel também comentou sobre o projeto *City Possible* da Mastercard, rede colaborativa global que reúne cidades para explorar as possibilidades do melhor uso dos recursos, apresentado em Barcelona. “Dezenove cidades brasileiras que estiveram lá manifestaram interesse”. Fechando as experiências internacionais, o presidente Edvaldo Nogueira falou sobre a sua participação na Expo 2020 – Dubai, com destaque para os debates sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). “Precisamos incorporar aos municípios brasileiros essa ideia dos ODS”, disse. Para Edvaldo, a participação na Expo foi muito importante, inclusive, para intensificar a relação com a Fiocruz, “que tem grande experiência e pode ajudar muito os municípios”. Em seguida os parceiros institucionais da FNP, que patrocinaram a 81ª Reunião Geral, tiveram um espaço na Plenária para apresentarem suas iniciativas. Foram eles: Fundação Alphaville Educacional, Ecosistema de Tecnologia e Inovação, Fiber X, Fácil Tecnologia, Huer Concessões, Topocart, BYD e Banco do Brasil. Dando continuidade e caminhando para o encerramento do primeiro dia governantes municipais também aprovaram a instituição da Rede de Jovens Prefeitas e Prefeitos da FNP. Prefeitos com idade abaixo de 40 anos se reuniram para pensar desafios das cidades a partir do olhar da juventude e agora integram um grupo, liderado pelo prefeito de Tupã/SP, Caio Aوقي, vice-presidente de Juventude da FNP. A Rede elaborou uma carta conjunta, manifestando o desejo de institucionalização da rede de jovens prefeitas e prefeitos da FNP. Ainda segundo a carta que se encontra no anexo I, que foi lida e aprovada pelos presentes no evento, a iniciativa nasce para contribuir na aproximação da gestão pública municipal das atuais e futuras gerações, especialmente por meio do compartilhamento das experiências e a disseminação de boas práticas. Durante a Reunião Geral, Caio

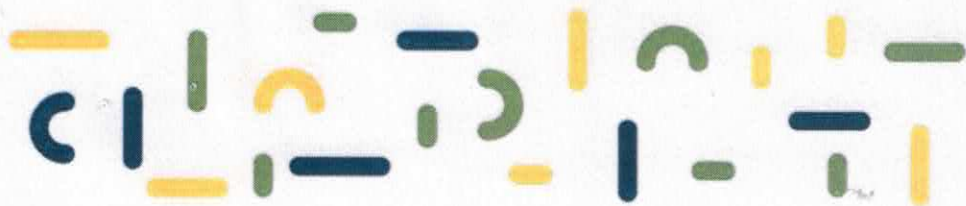
**FNP**001 23183
FRENTE
NACIONAL
DE PREFEITOS

Aoqui afirmou que a proposta da Rede é proporcionar mais inclusão de jovens nas pautas das cidades. “A gente sabe da importância dos jovens. Infelizmente temos visto a juventude desacreditar da política e do país, por isso queremos adotar junto à FNP essa Rede, para que possamos discutir ações para a juventude do nosso país de maneira geral, fazer com que essa população possa participar.” Além de Caio Aoqui, assinam a carta os(as) prefeitos(as) João Campos, de Recife/PE; Guti, de Guarulhos/SP; Bruno Cunha Lima, de Campina Grande/PB; Raquel Lyra, de Caruaru/PE; Miguel Coelho, de Petrolina/PE; Lucas Pocay, de Ourinhos/SP; Márcia Conrado, de Serra Talhada/PE; Luiz Paulo, de Curvelo/MG; Fernando Breno, de Coromandel/MG; e Donatinho, de Santa Bárbara de Tugúrio/MG. Em seguida prefeito Edvaldo conduziu o encerramento. Na manhã do dia vinte e seis iniciou-se o segundo dia de reunião com o secretário-executivo da FNP, Gilberto Perre informando as pautas administrativas da FNP. Em seguida o prefeito Edvaldo falou sobre as festividades como Natal, Carnaval e celebrações religiosas, de acordo com o documento que se encontra no anexo III desta ata, aprovado em plenária, governantes municipais defenderam a preservação da autonomia municipal na tomada de decisão. No entanto, a recomendação é que sejam “pautadas em informações científicas confiáveis e com a implementação de normas que favoreçam a segurança da população”. “Essa é a posição de uma federação imensa, com realidades distintas”, declarou o presidente da FNP, Edvaldo Nogueira, prefeito de Aracaju. Entre as recomendações acordadas pelos prefeitos está a realização de atividades em espaços abertos, exigência, quando possível, de comprovantes de vacinação, uso de máscara, limitação do número de participantes, ampliação da testagem e acompanhamento dos indicadores de síndrome respiratória, são alguns exemplos de medidas que podem e devem ser adotadas. Para além disso, o documento reforça o posicionamento da entidade de apoio irrestrito à vacinação, uma vez que prefeitos apostam que, “apenas com a população plenamente imunizada, a COVID-19 deixará de ser uma pandemia para se tornar possivelmente uma doença com a qual a humanidade terá que conviver”. Dando continuidade aos trabalhos do dia 26 de novembro o presidente da FNP Edvaldo Nogueira convidou o secretário executivo Gilberto Perre para

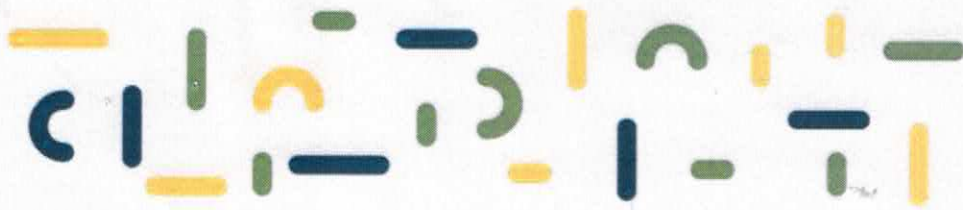
**FNP****FRENTE
NACIONAL
DE PREFEITOS**

001 231 83

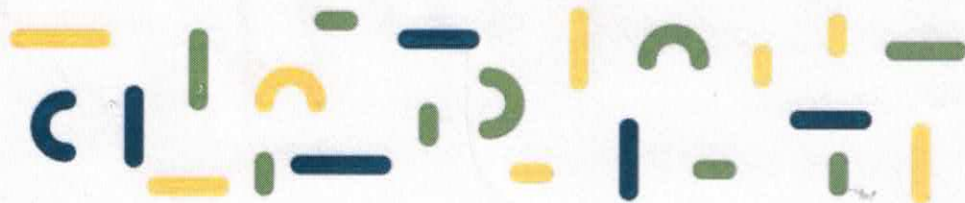
apresentar a proposta para às contribuições 2022. O secretário-executivo iniciou a apresentação propondo as prefeitas e prefeitos presentes em manter a mesma base de cálculo já utilizada nos anos anteriores considerando como base as receitas correntes e per capita de 2020, sugeriu ainda manter as mesmas tabelas utilizadas nos anos de 2020 e 2021 (tabela tipo I e II), que se encontram nos anexos IV e V, aplicando apenas o reajuste de IPCA (4,52%) nas faixas de receita e adequando os valores correspondentes. Expos ainda, que as formas de pagamento permaneceriam inalteradas (cota única e parcelamento), o município que optar pelo pagamento em cota única será concedido desconto de 18% para os para pagamentos efetivados até 31 de março de 2022, para os pagamentos parcelados o desconto concedido será de 10% para os pagamentos realizados até data do vencimento, para os pagamentos parcelados o município deverá solicitar os boletos das parcelas à equipe de captação da FNP. O reajuste de IPCA (4,52%) proposto serão aplicados também aos consórcios filiados. As prefeitas e prefeitos presentes aprovaram por unanimidade a proposta apresentada pelo secretário executivo. Em seguida a palavra foi passada ao prefeito de Porto Alegre/RS, Sebastião Melo para falar das Alternativas para o financiamento do Transporte Público, falou que além de trabalhar para, em curtíssimo prazo, não paralisar o sistema, "criar o SUS do transporte urbano". "Precisamos encontrar financiamento", disse. Melo, Edvaldo e os prefeitos de Canoas/RS, Jairo Jorge, e de Florianópolis/SC, Gean Loureiro, reforçaram a importância de os governantes municipais estarem em massa, em Brasília, para um "Dia D". "Sem mobilização, o custo vai continuar na mão dos prefeitos", declarou Loureiro, que preside o Consórcio Conectar. "Essa questão nós temos que fazer e é no Parlamento, para que tenha reflexo no governo", opinou Jorge, vice-presidente de Relações Internacionais da FNP. Edvaldo Nogueira disse temer 2022. "Fevereiro e março vão ser meses difíceis. É possível que tenhamos 2013 novamente", falou, em relação a possibilidade de aumentos tarifários se nenhuma medida for tomada. Segundo o prefeito de São José do Campos/SP, Felício Ramuth, vice-presidente de Mobilidade Urbana da FNP, "o que acontece no transporte é que a tarifa fica mais alta para quem paga e cada vez mais insuficiente para as empresas que operam". Para o governante,



é necessário pensar em soluções urgentes, principalmente pensando no caráter social do transporte público, que “chega aonde nenhum outro meio de transporte quer chegar”. Ramuth lembrou reuniões que participou pela FNP, em julho deste ano, propondo que o governo federal criasse um auxílio emergencial, de R\$ 5 bilhões, para custear as gratuidades. Segundo ele, seria uma alternativa para “cobrir o buraco de ontem”, mas ainda é necessária uma discussão sobre futuro, com propostas de financiamento do sistema como um todo. Em seguida foi a vez de tratarem das perspectivas da saúde pública para o pós-pandemia. Preocupados com os atendimentos represados, governantes falaram sobre as demandas que vão impactar o atendimento do sistema de saúde. Para o prefeito de Campinas/SP, Dário Saadi, vice-presidente de Saúde da FNP, 2022 será um ano de grande desafio. “A população que é usuária do sistema de saúde e perdeu espaço para atendimentos da pandemia, agora vai cobrar resultados de atendimento à saúde”. Nesse cenário de pós-pandemia, o subfinanciamento da área, que é tema recorrente na pauta dos municípios, foi mais uma vez abordado. O presidente do Conasems, Willames Freire, destacou a necessidade de um aumento de R\$ 13 bilhões no orçamento federal para “mitigar problemas que estamos prevendo enfrentar em 2022”. Desse montante, segundo ele, R\$ 5 bilhões seria para custear procedimentos represados, R\$ 2 bilhões, para manutenção de leitos de UTI e mais de R\$ 3 bilhões para atenção primária. “Não dá para os municípios continuarem aumentando sua participação com recursos próprios na saúde do Brasil”, comentou o presidente da FNP, Edvaldo Nogueira. Ainda sobre a pressão nos cofres, governantes voltaram a falar sobre o perigo do PL 2564, que fixa em R\$ 7.315 o piso da enfermagem. “A proposta é justa, correta, mas de onde vem o dinheiro? Não pode vir dos caixas municipais”, declarou Edvaldo. O governante também lembrou da importância de aprovar a PEC 122/2015, que proíbe a criação de novos encargos a municípios sem o respectivo recurso. Prefeitos também falaram sobre a importância na continuidade da vacinação e o cuidado com o vencimento das doses que estão em estoque. A preocupação também é do Conasems que, conforme Willames, “corre risco de vencer dentro das centrais municipais”. A sugestão dele é que a gestão seja do governo e que as cidades façam suas solicitações. Paulo

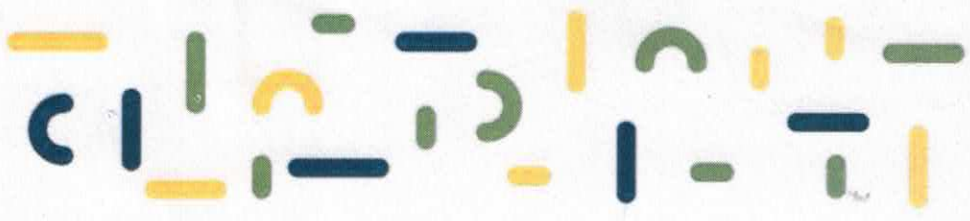


Gadelha, coordenador da Estratégia da Fiocruz para a Agenda 2030, participou do debate afirmando que a “questão da saúde alargou-se na relação com outros grandes temas”, como a Agenda 2030. “A Fiocruz certamente olhará com prioridade as possibilidades de cooperação com a FNP”. Em seguida a lei de improbidade administrativa sancionada em outubro de dois mil e vinte, representou uma grande conquista para a FNP, que fez intensa mobilização a partir da atuação de prefeitos como Izaias Santana, de Jacareí/SP, e Hildon Chaves, prefeito de Porto Velho/RO, e do ex-presidente da FNP Jonas Donizette. Edvaldo Nogueira aproveitou a Plenária para prestar uma homenagem à atuação dos dirigentes da entidade, enfatizando que os prefeitos não querem “escapar da justiça”. Segundo Izaias, a sanção da nova lei trouxe três ganhos aos municípios: a correção da ideia de imoralidade desvinculada de dolo e de danos; ação política deixar de se equiparar a ação criminosa e prazo para duração dos inquéritos. Agora, na avaliação do governante, a FNP deve continuar acompanhando o debate e se posicionar. “Se ficarmos calados, vamos perder essa narrativa”. Também durante a Plenária, prefeitos que participaram da 81ª Reunião Geral assinaram conjuntamente sua adesão ao projeto de Fortalecimento da Rede Estratégia ODS. “Esse é o maior ato público de uma agenda inteligente e importante do nosso país”, comentou a prefeita de Francisco Morato/SP, Renata Sene, vice-presidente de Parcerias em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da FNP. Para o prefeito de Niterói/RJ, Axel Graef, vice-presidente de ODS, essa “é uma medida importante em termos de comunicação com a sociedade, com o mundo, porque nos coloca no mesmo barco com todas as cidades que estão priorizando a questão da sustentabilidade”. Em seguida os participantes foram liberados para o almoço. Ao retornarem, iniciaram falando da pauta prioritária dos municípios no Congresso Nacional “O eco de Aracaju para o Brasil é um pedido de socorro dos prefeitos brasileiros para que a gente possa enfrentar o rescaldo da pandemia”. A frase foi dita pelo prefeito Edvaldo Nogueira, presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), na tarde da sexta-feira, 26, ao apresentar os pleitos das médias e grandes cidades para o presidente da Câmara, Arthur Lira. O deputado recebeu a Carta de Aracaju, que se encontra no anexo III desta ata, consolidada

**FNP****FRENTE
NACIONAL
DE PREFEITOS**

001 231 83

durante a 81ª Reunião Geral, que além de relatar preocupação com o iminente colapso do transporte, destacam o subfinanciamento da saúde e reforçam a necessidade de aprovação urgente da PEC 13/2021. Aos prefeitos, Lira reconheceu que os anos de 2021 e 2022 sofrerão “efeitos do rebote econômico” que, inclusive, já está se manifestando no transporte público. “A Câmara está aberta para participar desse diálogo e construir, junto com o governo federal, alternativas para o transporte, porque nós sabemos que vai ter problema”. Para exemplificar a situação do setor, o prefeito de São Paulo/SP, Ricardo Nunes, 2º vice-presidente Nacional da FNP, comentou sobre a capital. Atualmente, a prefeitura arca com R\$ 3,3 bilhões para subsidiar o transporte coletivo. Segundo o governante, se não fosse o recurso aplicado pela prefeitura, as tarifas que hoje custam R\$ 4,4 ao usuário, custaria R\$ 6,2. Ele afirma que, se nada for feito, é a “população mais pobre, de novo, que vai acabar arcando com uma questão complexa e complicada”. Como alternativa, a FNP, além de defender a desoneração dos impostos no preço diesel, protocolou no ministério da Economia uma proposta para financiar a gratuidade dos idosos. “É razoável, é legítimo, que tenha um olhar diferenciado para os municípios, que enfrentam esse problema do transporte”, reforçou Nunes. No documento com os pleitos dos municípios, a entidade destaca preocupação de seus dirigentes com a “descontinuidade do serviço do transporte público urbano decorrente do subfinanciamento do sistema causado, especialmente, pelo aumento de 60% do diesel em 2021, queda no número de usuários e desequilíbrio financeiro dos atuais contratos”. Durante o encontro com os prefeitos, Arthur Lira se comprometeu em “dedicar atenção máxima para construir acordo e votar a PEC 13”. A proposta atende a um pleito importante dos governantes de estender para 2023 o prazo para aplicação dos 25% em educação. Diante das adversidades que a pandemia impôs ao ensino, com a pausa nas aulas presenciais, Edvaldo Nogueira colocou a obrigatoriedade como uma “espada sobre o pescoço dos prefeitos”. De acordo com o dirigente, a impossibilidade de municípios investirem os 25% na educação neste ano não é incompetência. “Se não aprovada, vai ter uma corrida de prefeitos vão começar a gastar e quem sabe fazer um gasto equivocado”, disse. “Não queremos diminuir os 25%, queremos a aplicação



correta dos recursos”, concluiu. A medida garante, ainda, que a Educação não perca R\$ 15 bilhões na Educação (R\$ 1 bi não investido em 2020 e os R\$ 14 bi que poderão ser perdidos neste ano). Em seguida discutiram a PEC 122/2015, onde Arthur Lira também garantiu que vai votar a PEC 122/2015, que proíbe a instituição de novos encargos sem indicação dos recursos para custeá-los. A FNP indicou como relator da proposta o deputado Silvio Costa Filho. No documento, a entidade destaca que esse é um “um desafio federativo que deve ser assumido e compartilhado entre os entes”. Em seguida o ministro da cidadania, João Roma, também participou da reunião, falando sobre a atuação da pasta para o enfrentamento dos impactos sociais da pandemia. “É momento da união, da colaboração e cada um dos líderes políticos somarem esforços para assistir os mais necessitados”, falou. Além de Roma, o governador de Sergipe, Belivaldo Chagas também debateu os desafios do pós-pandemia. Ainda na programação, uma homenagem ao ex-presidente da FNP, Jonas Donizette, que recebeu das mãos do presidente Edvaldo Nogueira, a medalha Célio de Castro, que reconhece os trabalhos em favor do municipalismo dentro da FNP. O presidente Edvaldo agradeceu a confiança depositada em sua gestão pelos próximos anos e, nada mais havendo, agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião. E, para constar, o presidente Edvaldo Nogueira Filho, lavra e assina a presente Ata.

FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS:0570 3933000169
Edvaldo Nogueira Filho
 Prefeito de Aracaju/SE
 Presidente da Frente Nacional de Prefeitos - FNP

Assinado de forma digital por FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS:05703933000169
 Dados: 2022.02.02 14:45:26 -03'00'

Brasília, DF, 26 de novembro de 2021.

AVERBAÇÃO EM PESSOA JURÍDICA

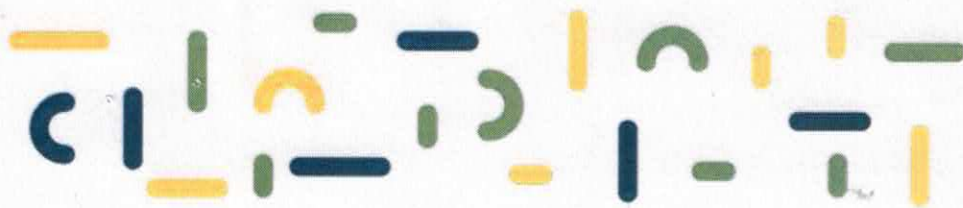
2º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Presença Jurídica de Brasília
 www.cartoriofederalbrasil.com.br - contato@cartoriofederalbrasil.com.br - Fone: (61) 3214-5900
 Jéssy Pereira Alves - Oficial Registrador

Averbado as margens do registro nº 00000053566, Livro nº A016, folha nº 275, registrado em 08/02/2022.
 Averbação nº 80.
 Protocolo nº C0099729193

Selo digital: TUDF140E2022020214452603000169

Consulte o selo digital em www.cartoriofederalbrasil.com.br
 a câmera do seu celular para o código QR



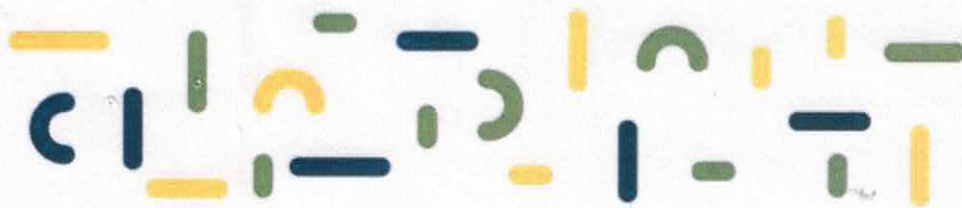


ANEXO I

Carta dos jovens prefeitos (as) da FNP

Nós, jovens dirigentes da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), reunidos na 81ª Reunião Geral, na cidade de Aracaju/SE, nos dias 25 e 26 de novembro de 2021, nos reportamos aos demais integrantes da entidade para manifestar o desejo de institucionalização da rede de jovens prefeitas e prefeitos da FNP. Sabemos que é própria da juventude a inquietação e a disposição para enfrentar desafios, e que fazendo parte do presente, também pode transformar a realidade do mundo que vive desde que tenha consciência da sua capacidade. A Rede de jovens governantes nasce para contribuir na aproximação da gestão pública municipal das atuais e futuras gerações, especialmente por meio do compartilhamento das experiências e a disseminação de boas práticas. Queremos nos mobilizar pois acreditamos que é nosso papel como gestores públicos, inspirar novos líderes que tragam novos olhares para enfrentar os desafios das cidades. Para isso, contamos com a contribuição e o apoio de todos os demais integrantes, independentemente da idade. Diante disso, apresentamos nesta carta de institucionalização, os três primeiros desafios que serão debatidos nos próximos meses, em reuniões periódicas: inovação na administração pública; políticas para juventude; e atração e formação de líderes. Por fim, certos de que esta iniciativa irá agregar à estrutura da entidade e dinamizará a discussão dos temas do municipalismo brasileiro, nós, jovens governantes municipais reiteramos a importância da institucionalização da Rede de jovens prefeitas e prefeitos da FNP a partir desta data.

Aracaju, 26 de novembro de 2021

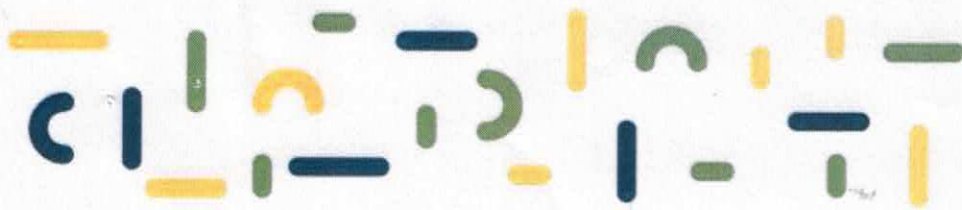
**FNP**001 231 83
**FRENTE
NACIONAL
DE PREFEITOS**

ANEXO II

Carta de Aracaju

Prefeitas e prefeitos reunidos na 81ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) debateram os principais temas que desafiam os municípios brasileiros neste momento em que os efeitos da pandemia ainda causam graves impactos na gestão das políticas e serviços públicos essenciais. Os governantes locais alertam o País e externam grave preocupação com a descontinuidade do serviço do transporte público urbano decorrente do subfinanciamento do sistema causado, especialmente, pelo aumento de 60% do diesel em 2021, queda no número de usuários e desequilíbrio financeiro dos atuais contratos. Para evitar o iminente colapso e a desassistência da população é premente que seja estabelecida uma articulação federativa capaz de construir alternativas emergenciais e estruturantes para o setor. Nesse sentido, como medida para ajudar a enfrentar esse cenário, a Frente Nacional de Prefeitos, além de defender a desoneração dos impostos no preço diesel, protocolou no ministério da Economia proposta para financiar a gratuidade dos idosos, durante reunião realizada com o ministro Paulo Guedes, dia 21 de julho. Prefeitos e prefeitas também destacam importantes projetos que impactam o financiamento das cidades e a vida das pessoas em tramitação no Congresso Nacional. Reivindicam a aprovação urgente da PEC 13/2021, nos termos do texto aprovado no Senado Federal, para permitir que os recursos eventualmente não aplicados em 2020 e 2021 no financiamento do ensino, em virtude da pandemia, possam ser investidos até 2023. A medida garante a aplicação de R\$ 15 bilhões na Educação. Também se faz urgente a aprovação da PEC 122/2015, que proíbe a instituição de novos encargos sem indicação dos recursos para custeá-los. Historicamente, prefeitas e prefeitos reconhecem e atuam para a valorização e a justa remuneração dos profissionais de saúde e educação, um desafio federativo que deve ser assumido e compartilhado entre os entes. Assim, caso a União não aporte recursos específicos e suficientes para o pagamento do reajuste do piso do magistério em vigor, os governantes locais defendem a aprovação do PL 3776/2008 para estabelecer o INPC como novo índice de reajuste do piso. Na mesma direção, apoiam a instituição do piso de enfermagem, previsto no PL 2564/2020, desde que sejam indicados os recursos federais necessários para custear o impacto da medida, estimado em R\$ 12,6 bilhões.

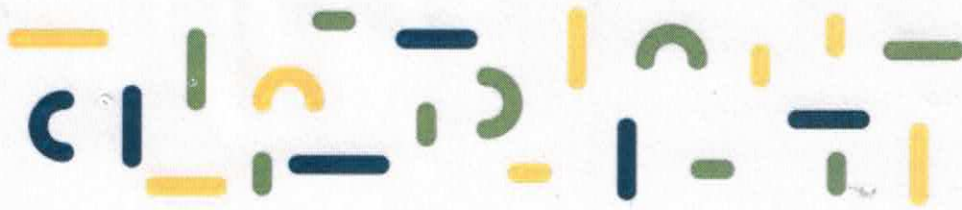
Aracaju, 26 de novembro de 2021.



ANEXO III

Nota de posicionamento sobre o Carnaval 2022

No mundo todo a COVID-19 exigiu mudanças bruscas na vida das pessoas. No Brasil, obrigou a instituição de medidas sanitárias urgentes para poupar vidas. Quase dois anos após o início da pandemia, que levou à morte de mais de 600 mil brasileiros, uma nova etapa se desenha. O Brasil assiste à queda de casos e mortes, enquanto registra-se o recrudescimento da pandemia em diversos países, especialmente na Europa. Agora, com mais informações sobre a doença e o avanço da vacinação, chega o momento de avaliar a retomada responsável das atividades econômicas e do convívio social. Respeitando-se as características de cada cidade, o monitoramento do cenário pandêmico e a autonomia municipal, decisões precisam ser reavaliadas. A retomada plena da atividade econômica, a volta das aulas presenciais e o convívio social são as próximas etapas que precisamos conquistar. A realização de festas e celebrações como o Natal, a Semana Santa e, também, as festas populares, como o Carnaval, são atividades muito importantes para as pessoas e que também movimentam a economia, geram emprego e renda. Nesse cenário, a Frente Nacional de Prefeitos indica que, preservada a autonomia municipal, sejam tomadas decisões pautadas em informações científicas confiáveis e com a implementação de normas que favoreçam a segurança da população. Para garantir a saúde da população, gestores locais devem levar em conta, por exemplo, a realização de atividades em espaços abertos; exigência, quando possível, de comprovantes de vacinação; uso de máscara; limitação do número de participantes; ampliação da testagem; e acompanhamento dos indicadores de síndrome respiratória. Paralelamente, é fundamental que os municípios tenham alcançado pelo menos 80% de cobertura vacinal da segunda dose e que a população acima de 50 anos, profissionais de saúde e pessoas imunossuprimidas tenham recebido a terceira dose. Campanhas de esclarecimentos e realização de busca ativa dos faltosos, é essencial para que o mundo supere a pandemia. Também é preciso garantir que a população acima de 12 anos seja devidamente vacinada e, no caso do Ministério da Saúde autorizar a vacinação das crianças entre 5 a 11 anos, que estratégias sejam desenvolvidas para vacinar rapidamente esta população. Apenas com a população plenamente imunizada, a COVID-19 deixará de ser uma pandemia para se tornar possivelmente uma doença com a qual a humanidade terá que conviver. Nesse contexto, cada cidade tomará ao seu tempo a decisão adequada em relação a possibilidade de realização ou não do Carnaval, ressalvadas as diferenças tanto do



cenário pandêmico quanto do impacto na vida social e econômica em cada cidade. A Frente Nacional de Prefeitos incentivará e proporcionará a troca de informações entre as cidades nas quais há elevado impacto econômico, como em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Belo Horizonte, das atividades do carnaval para facilitar e favorecer as melhores decisões.

Aracaju/SE, 26 de novembro de 2021.

ANEXO IV

Tabela de Contribuição 2022 - TIPO I (demais municípios)

Valor das contribuições anual (em R\$) com base na média nacional (MN) da receita por habitante em 2020

Faixa de Receita Corrente em 2020	RM	DE ATÉ	100%	95%	90%	85%	80%	75%	70%	65%	60%
			≥	90%	85%	80%	75%	70%	65%	60%	
até 48.680.190			R\$ 17.644	R\$ 15.880	R\$ 14.292	R\$ 12.862	R\$ 11.577	R\$ 10.419	R\$ 9.376	R\$ 8.439	R\$ 7.595
48.680.190 a 64.906.920			R\$ 24.455	R\$ 22.009	R\$ 19.809	R\$ 17.827	R\$ 16.045	R\$ 14.440	R\$ 12.996	R\$ 11.697	R\$ 10.527
64.906.920 a 93.033.252			R\$ 27.172	R\$ 24.455	R\$ 22.009	R\$ 19.809	R\$ 17.827	R\$ 16.045	R\$ 14.440	R\$ 12.996	R\$ 11.697
93.033.252 a 147.122.352			R\$ 33.029	R\$ 29.727	R\$ 26.754	R\$ 24.078	R\$ 21.671	R\$ 19.503	R\$ 17.553	R\$ 15.798	R\$ 14.218
147.122.352 a 197.966.106			R\$ 40.370	R\$ 36.332	R\$ 32.699	R\$ 29.430	R\$ 26.486	R\$ 23.838	R\$ 21.454	R\$ 19.309	R\$ 17.377
197.966.106 a 216.356.400			R\$ 44.040	R\$ 41.541	R\$ 35.672	R\$ 32.104	R\$ 28.895	R\$ 26.005	R\$ 23.404	R\$ 21.064	R\$ 18.958
216.356.400 a 232.583.130			R\$ 55.050	R\$ 49.545	R\$ 44.590	R\$ 40.130	R\$ 36.118	R\$ 32.506	R\$ 29.255	R\$ 26.330	R\$ 23.697
232.583.130 a 308.307.870			R\$ 66.059	R\$ 59.453	R\$ 53.508	R\$ 48.157	R\$ 43.341	R\$ 39.007	R\$ 35.106	R\$ 31.595	R\$ 28.437
308.307.870 a 384.032.610			R\$ 73.399	R\$ 66.059	R\$ 59.453	R\$ 53.508	R\$ 48.157	R\$ 43.341	R\$ 39.007	R\$ 35.106	R\$ 31.595
384.032.610 a 483.556.554			R\$ 82.574	R\$ 74.317	R\$ 66.884	R\$ 60.196	R\$ 54.177	R\$ 48.759	R\$ 43.883	R\$ 39.495	R\$ 35.545
483.556.554 a 584.162.280			R\$ 90.831	R\$ 82.574	R\$ 74.317	R\$ 66.884	R\$ 60.196	R\$ 54.177	R\$ 48.759	R\$ 43.883	R\$ 39.495
584.162.280 a 676.113.750			R\$ 91.749	R\$ 86.290	R\$ 77.660	R\$ 69.895	R\$ 62.905	R\$ 56.614	R\$ 50.954	R\$ 45.858	R\$ 41.272
676.113.750 a 768.065.220			R\$ 100.923	R\$ 90.831	R\$ 81.748	R\$ 73.574	R\$ 66.216	R\$ 59.594	R\$ 53.634	R\$ 48.272	R\$ 43.445
768.065.220 a 1.027.692.900			R\$ 104.593	R\$ 94.134	R\$ 84.721	R\$ 76.248	R\$ 68.624	R\$ 61.762	R\$ 55.585	R\$ 50.026	R\$ 45.024
1.027.692.900 a 1.298.138.400			R\$ 110.098	R\$ 99.088	R\$ 89.180	R\$ 80.262	R\$ 72.236	R\$ 65.012	R\$ 58.510	R\$ 52.659	R\$ 47.394
1.298.138.400 a 1.514.494.800			R\$ 113.309	R\$ 101.979	R\$ 91.781	R\$ 82.603	R\$ 74.342	R\$ 66.908	R\$ 60.217	R\$ 54.196	R\$ 48.776
1.514.494.800 a 1.730.851.200			R\$ 119.273	R\$ 107.346	R\$ 96.611	R\$ 86.950	R\$ 78.255	R\$ 70.430	R\$ 63.387	R\$ 57.048	R\$ 51.343
1.730.851.200 a 2.596.276.800			R\$ 139.458	R\$ 125.512	R\$ 112.961	R\$ 101.665	R\$ 91.498	R\$ 82.348	R\$ 74.114	R\$ 66.703	R\$ 60.032
2.596.276.800 a 3.488.746.950			R\$ 146.798	R\$ 132.119	R\$ 118.906	R\$ 107.016	R\$ 96.314	R\$ 86.683	R\$ 78.015	R\$ 70.213	R\$ 63.192
3.488.746.950 a 6.490.692.000			R\$ 165.607	R\$ 149.046	R\$ 134.141	R\$ 120.727	R\$ 108.555	R\$ 97.789	R\$ 88.010	R\$ 79.209	R\$ 71.288
6.490.692.000 a 9.627.859.800			R\$ 174.323	R\$ 156.890	R\$ 141.201	R\$ 127.081	R\$ 114.373	R\$ 102.935	R\$ 92.642	R\$ 83.378	R\$ 75.040
acima de 9.627.859.800			R\$ 211.727	R\$ 190.555	R\$ 171.500	R\$ 154.350	R\$ 138.914	R\$ 125.023	R\$ 112.521	R\$ 101.268	R\$ 91.141

Onde: MN é a Média Nacional da receita por habitante realizada em 2020, R\$ 3.429,46, segundo o Anuário Multi Cidades - Finanças dos Municípios do Brasil - Edição ano 17 (2022) e RM Receita do Município por habitante em 2020.

001 281 83



ANEXO V

Tabela de Contribuição 2022 - TIPO II (Capitais e Diretoria executiva)

Valor das contribuições anual (em R\$) com base na média nacional (MN) da receita por habitante em 2020

Faixa de Receita Corrente em 2020	RM	DE 100%		95%		90%		85%		80%		75%		70%		65%		60%	
		ATÉ	≥	95%	90%	85%	80%	75%	70%	65%	60%	75%	70%	65%	60%	75%	70%	65%	60%
até 48.680.190		R\$ 18.493	R\$ 16.643	R\$ 14.979	R\$ 13.481	R\$ 12.133	R\$ 10.919	R\$ 9.828	R\$ 8.844	R\$ 7.960	R\$ 7.164								
48.680.190 a 64.906.920		R\$ 25.630	R\$ 23.068	R\$ 20.761	R\$ 18.684	R\$ 16.816	R\$ 15.134	R\$ 13.621	R\$ 12.259	R\$ 11.033	R\$ 9.929								
64.906.920 a 93.033.252		R\$ 28.479	R\$ 25.630	R\$ 23.068	R\$ 20.761	R\$ 18.684	R\$ 16.816	R\$ 15.134	R\$ 13.621	R\$ 12.259	R\$ 11.033								
93.033.252 a 147.122.352		R\$ 34.617	R\$ 31.155	R\$ 28.041	R\$ 25.236	R\$ 22.712	R\$ 20.441	R\$ 18.398	R\$ 16.557	R\$ 14.901	R\$ 13.412								
147.122.352 a 197.966.106		R\$ 42.311	R\$ 38.079	R\$ 34.271	R\$ 30.844	R\$ 27.759	R\$ 24.983	R\$ 22.485	R\$ 20.237	R\$ 18.214	R\$ 16.392								
197.966.106 a 216.356.400		R\$ 46.157	R\$ 41.541	R\$ 37.387	R\$ 33.648	R\$ 30.284	R\$ 27.255	R\$ 24.530	R\$ 22.077	R\$ 19.869	R\$ 17.882								
216.356.400 a 232.583.130		R\$ 57.696	R\$ 51.927	R\$ 46.734	R\$ 42.060	R\$ 37.854	R\$ 34.068	R\$ 30.662	R\$ 27.595	R\$ 24.836	R\$ 22.353								
232.583.130 a 308.307.870		R\$ 69.235	R\$ 62.312	R\$ 56.080	R\$ 50.473	R\$ 45.425	R\$ 40.883	R\$ 36.794	R\$ 33.115	R\$ 29.804	R\$ 26.823								
308.307.870 a 384.032.610		R\$ 76.928	R\$ 69.235	R\$ 62.312	R\$ 56.080	R\$ 50.473	R\$ 45.425	R\$ 40.883	R\$ 36.794	R\$ 33.115	R\$ 29.804								
384.032.610 a 483.556.554		R\$ 86.544	R\$ 77.889	R\$ 70.101	R\$ 63.090	R\$ 56.782	R\$ 51.103	R\$ 45.993	R\$ 41.394	R\$ 37.254	R\$ 33.529								
483.556.554 a 584.162.280		R\$ 95.198	R\$ 86.544	R\$ 77.889	R\$ 70.101	R\$ 63.090	R\$ 56.782	R\$ 51.103	R\$ 45.993	R\$ 41.394	R\$ 37.254								
584.162.280 a 676.113.750		R\$ 96.159	R\$ 90.438	R\$ 81.394	R\$ 73.255	R\$ 65.929	R\$ 59.336	R\$ 53.402	R\$ 48.062	R\$ 43.257	R\$ 38.931								
676.113.750 a 768.065.220		R\$ 105.775	R\$ 95.198	R\$ 85.678	R\$ 77.111	R\$ 69.399	R\$ 62.459	R\$ 56.214	R\$ 50.592	R\$ 45.533	R\$ 40.979								
768.065.220 a 1.027.692.900		R\$ 109.622	R\$ 98.660	R\$ 88.794	R\$ 79.915	R\$ 71.923	R\$ 64.730	R\$ 58.257	R\$ 52.431	R\$ 47.189	R\$ 42.470								
1.027.692.900 a 1.298.138.400		R\$ 115.391	R\$ 103.852	R\$ 93.467	R\$ 84.121	R\$ 75.708	R\$ 68.138	R\$ 61.324	R\$ 55.192	R\$ 49.672	R\$ 44.705								
1.298.138.400 a 1.514.494.800		R\$ 118.757	R\$ 106.881	R\$ 96.193	R\$ 86.574	R\$ 77.917	R\$ 70.125	R\$ 63.112	R\$ 56.801	R\$ 51.121	R\$ 46.009								
1.514.494.800 a 1.730.851.200		R\$ 125.008	R\$ 112.506	R\$ 101.256	R\$ 91.131	R\$ 82.018	R\$ 73.816	R\$ 66.434	R\$ 59.791	R\$ 53.812	R\$ 48.430								
1.730.851.200 a 2.596.276.800		R\$ 146.163	R\$ 131.547	R\$ 118.392	R\$ 106.553	R\$ 95.897	R\$ 86.307	R\$ 77.677	R\$ 69.909	R\$ 62.918	R\$ 56.627								
2.596.276.800 a 3.488.746.950		R\$ 153.856	R\$ 138.470	R\$ 124.623	R\$ 112.160	R\$ 100.944	R\$ 90.850	R\$ 81.765	R\$ 73.588	R\$ 66.230	R\$ 59.607								
3.488.746.950 a 6.490.692.000		R\$ 173.568	R\$ 156.211	R\$ 140.590	R\$ 126.531	R\$ 113.878	R\$ 102.490	R\$ 92.241	R\$ 83.017	R\$ 74.715	R\$ 67.244								
6.490.692.000 a 9.627.859.800		R\$ 182.703	R\$ 164.433	R\$ 147.990	R\$ 133.191	R\$ 119.872	R\$ 107.884	R\$ 97.096	R\$ 87.386	R\$ 78.648	R\$ 70.783								
acima de 9.627.859.800		R\$ 221.906	R\$ 199.716	R\$ 179.744	R\$ 161.770	R\$ 145.593	R\$ 131.034	R\$ 117.930	R\$ 106.137	R\$ 95.524	R\$ 85.971								

Onde: MN é a Média Nacional da receita por habitante realizada em 2020, R\$ 3.429,46, segundo o Anuário Multi Cidades - Finanças dos Municípios do Brasil - Edição ano 17 (2022) e RM Receita do Município por habitante em 2020.

001 231 83